|  |  |
| --- | --- |
|  | Série Reino de Deus No.3:  O Reino de Deus, a Igreja e  a Terra  Teologias das pessoas pobres urbanas  VIV GRIGG  Tradução por  **Percio Coutinho Pereira** |
|  |  |
|  | Fundação por Liderança Urbano |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

Sobre Viv Grigg

Numa simples dependência a Deus, Viv Grigg tem profeticamente catalizado um número de missões com compromissos para com a miséria não-destituída e encarnação entre os pobres. A primeira missão impulsionada da Nova Zelândia conhecida como SERVOS para os Pobre Urbanos da Ásia, começou após ministrar nas favelas de Manila. Este esforço para encontrar base teológica para o ministério nas favelas do terceiro mundo é desenvolvido em *Companion to the Poor (Servos Entre os Pobres)* (MARC 1992) e a prática de plantio de igreja em *Cry of the Urban Poor (O Grito dos Pobres).*

Trabalho pioneiro em Calcutá e Brasil tem desenvolvido esses temas e dado a ele uma larga experiência das quais ele catalizou a rede de cidades do movimento AD2000. O sistema para isto é desenvolvido em *Transforming Cities: An Urban Leadership Guide (Transformando Cidades: Um Guia de Liderança Urbana).* Ele e sua esposa brasileira e três filhos, continuam a viver pela fé baseados da Urban Leadership Foundation (Fundação Liderança Urbana) da qual essas novas missões estão catalizadas sob a liderança indígena.

Urban Leadership Foundation  
P.O. Box 68-244, Newton  
Auckland, New Zealand  
 © Viv Grigg July 1988  
ISBN: in process

O Reino, a Igreja e a Terra

Viv Grigg

INTRODUÇÃO|O Contexto

19-66% dos povos nas grandes metrópoles da Ásia são ilegais, 30-95% dos povos nas grandes metrópoles da Africa são ilegais, vivendo em terras que não são suas -- eles são conhecidos como favelados. Eles são povos sem-terra. Eles têm se tornado sem-terra através do aumento da exploitação pelos ricos rurais. No processo de crescimento da urbanização do mundo, um crescimento diferencial tem sido criado entre a riqueza urbana e rural e o pobre. Mesmo perdendo as pequenas terras eles têm nas áreas rurais muitos rebanhos para as cidades onde eles procuram outro apoio, um pequeno pedaço de terra no qual construir um barraco, um pequeno espaço de segurança.

Mesmo perdendo as pequenas terras eles têm nas áreas rurais muitos rebanhos para as cidades onde eles procuram outro apoio, um pequeno pedaço de terra no qual construir um barraco, um pequeno espaço de segurança.

Um assunto Pastoral Crucial

Direitos de terra é assunto pastoral fundamental para milhões dessas cidades. Sem isto eles têm pouca esperança de mudar-se de sua miséria e destituição. Com isto vêm as possibilidades de posse do lar e da dignidade que traz a um homem e sua esposa; das tarefas criadas por tais habitações desenvolvidas e do crescimento das crianças em dignidade e saúde. Eu vejo a tigela de sangue nos muros de uma comunidade de invasores na qual uma vez eu vivi. Madame Imelda Marcos mandou os fuzileiros navais expulsarem os povos da terra de seus genros. Dois foram assassinados, dezessete feridos. Esta tragédia podia ter sido impedida através de uma conversa razoável, consulta responsável e um planejamento sábio para o desenvolvimento nessa cidade. Como um líder espiritual, talvez, eu teria sido mais sábio se eu tivesse um papel de traçar um longo termo de relacionamentos que teriam evitado tal derramamento de sangue. Às vezes há pecados por omissão que custam vidas, fazendo-nos tão culpados como aquele pecado que os guia a cometer assassinato. Este assunto de terra é de vida e morte e é um assunto onde uma teologia falha tem nos guiado a um não envolvimento como crentes. Isto leva a inúmeros sofrimentos, pobreza e morte de milhões que poderíamos ter resgatado se tívessemos apenas estudado a palavra de Deus.

## Um assunto crucial ao crescimento da Igreja

McGavran nos fala dos efeitos dos direitos de terra para o crescimento em potencial da igreja numa situação no México em 1927, quando o governo central estava tomando as fazendas. Os camponeses se dividiram em duas partes: os *agraristas* que estavam prontos para lutar pela redistribuição da terra e os *cristeros* que tinham sido persuadidos que, desde que a terra fora dada aos agricultores pelo Papa, receber de volta seria roubo e Deus puniria. Os *Cristeros* lutavam para manter os senhores feudais no poder. Os camponeses de ambas as partes esperavam a mesma coisa. Todos falavam espanhol, consideravam-se católicos romanos, tinham a mesma cultura... [Mas] *os agraristas* livres do controle de seus senhores feudais, considerando a igreja de Roma como uma aliada de seus opressores e tendo dividido a terra apesar do fato de que esta foi dada pelo Papa, podiam ouvir o evangelho... Havia um movimento iniciado que fez uma reforma agrária com base bíblica e dessa forma capacitou os *agraristas,* apesar de permanecerem agraristas ardentes se tornavam evangélicos, isto teria varrido os grupos revolucionários do *Planalto* (1970:220).

Em outra história sobre Porto Rico ele nos fala de terras em algumas áreas que, Propriedade pelo povo comum tende rapidamente ir para o controle do agiota. O camponês empresta dinheiro a 75% de juros por um jugo de boi ou um grande casamento, pretendendo pagar quando vier a colheita. Naquele ano a colheita é fraca ou ele é negligente. No próximo ano ele o dobro para pagar. Logo ele rende a terra para o agiota. Uma igreja levantou a bandeira pelos camponeses, emprestou a eles dinheiro a uma porcentagem justa e mudou o curso da terra. Depois dessa amostra de justiça social, ela proclamou o Evangelho, muitos ouviram e seguiram o Caminho. Direitos de terra influenciam o crescimento da igreja. Também, proprietários de terra cristãos fazem igrejas mais sólidas. Sempre que terras estão desaparecendo sob o controle de agiotas da cidade, a habilidade do camponês cristão para apoiar seus pastores diminui. Congregações de arrendatários e meeiros diferem daquelas compostas de proprietários de terras (211-212).

## Um assunto crucial para o reavivamento

Nossa nação da Nova Zelândia tem como pedra fundamental em sua formação um tratado traçado entre os líderes de duas raças pelos seus signatários, um trabalho bem considerado e judicioso. O ponto central do tratado era um acordo mutuamente vantajoso que abrangia soberania à terra para proteção aos direitos de terra.

A identidade e mana do povo Maori está relacionada à terra e, conseqüentemente, a este tratado. Para os Maori este tratado era essencialmente um concerto com significado espiritual, marcado no contexto de encorajamento dos líderes espirituais.

O fracasso de sucessivos governos Pakeha (colonos britânicos) até efetivamente confirmar e honrar este tratado em carta e espírito tem sido, talvez, o fator mais significante em certo sentido de perda de dignidade e junto com isto o afastamento do povo Maori ao evangelho (depois de 90% terem se convertido em dois grupos).

A alma ferida daquele povo ecoa nas palavras de Hobson em Abril de 1840: “Nossos corações estão escuros e sombrios por causa do que os Pakeha tem nos falado, eles dizem que os primeiros missionários vieram para pavimentar o caminho para o inglês que enviou o governador aqui, que soldados seguirão e então ele tomará nossas terras.

A batalha pela alma do povo Maori está ocorrendo hoje e o centro para isto é a reconciliação e restituição quanto às injustiças sobre os direitos de terra. Se a igreja falha em ser o centro desse processo ela falha em sua tarefa como liderança da nação e deixa opções abertas para um retorno à antiga adoração de ativistas demoníacos. Se a igreja é o centro no processo de reparação da injustiça, ela pode ter o privilégio de fortalecer a imagem de Deus dentro da alma do povo Maori e de estabelecer o fundamento para o retorno do povo Maori servir o Deus vivo.

O TRATADO DE WAITANGI E TERRA

O segundo artigo em inglês que está anexado ao Tratado de Waitangi Ação 1975, e que foi a versão assinada em Waikato é como segue:

Sua Majestade a Rainha da Inglaterra confirma e garante aos chefes e tribos da Nova Zelândia e às respectivas famílias e indivíduos destas a completa, exclusiva e tranqüila possessão de suas Terras e Propriedades Florestais e Pesqueiras e outras propriedades as quais possam coletiva e individualmente possuírem tanto quanto for seu desejo em manter as mesmas em sua possessão; mas os chefes das Tribos Unidas e os chefes individuais concederão à Sua Majestade o direito exclusivo de Preempção sobre tais terras bem como os proprietários destas estarem dispostos a transferir tais preços concordados entre os respectivos Proprietários e as pessoas apontadas por Sua Majestade para tratar com eles sobre aquele interesse.

**O CONTEXTO TEOLÓGICO**

Quais são os assuntos? O direito de ficar, o direito de possuir, o direito de vender, os direitos dos proprietários de terras nos contextos das grandes metrópoles.

Ao procurar compreender esses assuntos nós devemos oscilar das realidades e traumas da terrível opressão e assassinato sobre a terra do pobre até às perspectivas bíblicas sobre a terra, a lei e direitos do pobre. Nós não focalizaremos neste ensaio nos assuntos legais envolvidos, senão nos fatores bíblicos referentes à terra.

Os assuntos de terra nunca são assuntos sem emoção do certo e errado. A terra nunca é imunda, mas é sempre imunda no contexto de significados herdados da experiência histórica.

## TERRA=SUJEIRA + HISTÓRIA + EMOÇÃO

Os assuntos de terra podem ser estudados melhor no contexto de três movimentos para explorar as Escrituras referentes à terra. Cada movimento tem uma idéia principal de movimento em direção à terra prometida. Os primeiros dois movimentos são seguidos pela posse. O terceiro é um movimento ainda a ser cumprido, um povo peregrino ainda olhando adiante para uma cidade santa (seguindo a abordagem de Brueggeman’s).

Nós podemos trilhar o êxodo com suas promessas de terra, a sua possessão e administração e má administração resultando em sua perda. A história se repete encontrando uma promessa em meio ao exílio, então passa à subseqüente reintegração na posse da terra. A promessa permanece sem cumprimento e um Messias levanta nossos olhos mais alto para uma terra a possuir. Enquanto isso nós andamos como estrangeiros e peregrinos e exilados na terra aguardando essa bendita esperança.

Fig 1. Três Movimentos bíblicos

**SEM TERRA**  **----> TERRA PROMETIDA**

RECLAMANDO POR TERRA -----> TERRA DE DESCANSO

ESCRAVIDÃO -----> LIBERDADE

**TERRA COMO UMA DÁDIVA**

ÊXODO (Egito – terra rude) -----> MONARQUIA (leite e mel)

EXÍLIO (Babilônia – terra em silêncio) ----->REINTEGRAÇÃO DA POSSESSÃO

MESSIAS (Peregrinos – sem possessões)--->CIDADE DE DEUS

Dentro desse triplo movimento há alguma surpresa para o peregrino cristão em como identificar com atitudes do Velho Testamento com respeito à terra. Isto é surpreendente desde que a terra é o quarto substantivo mais freqüente no Velho Testamento (ocorre 2.504 vezes (Martens 1981:97)). A dificuldade é por causa da falta de foco na terra no Novo Testamento. Um desenvolvimento de temas baseado em uma perspectiva de Reino, começando em Gênesis, é útil para esclarecer a unidade de temas da terra em ambos os testamentos.

Muitos teólogos alemães têm estudado a terra. Brueggeman integrou muito disso em seu estudo ao redor de temas sobre os sem-terra/com terra, terra dada/terra tomada, crucificação/ressurreição. Mas esses parecem ser teólogos que sabem pouco da realidade e sofrimento do pobre. Portanto, suas questões não são bem formuladas e as soluções muito fáceis. Estudos do Novo Testamento devem a dois excelentes estudos: Davies, *The Gospel and the Land, (O Evangelho e a Terra)* antes de tudo relacionado à questão da terra dos judeus e a obra de Hengel, *Property and Riches in the Early Church (Propriedade e Ricos na Igreja Primitiva).*

## II. A NATUREZA DA TERRA

Gênesis 1-3 contém as sementes da maioria dos temas das Escrituras, as perspectivas filosóficas ao redor das quais o restante das Escrituras expandem. Seu primeiro versículo começa tanto com o Reinado de Deus como o relacionamento daquele Reino para a terra. No princípio Deus criou os céus e a terra... Em virtude de Deus criar a terra e a possui. Assim no primeiro versículo das Escrituras temos uma declaração fundamental quanto aos invasores dos direitos da terra.

A terra foi criada boa (Gênesis 1:4,10,12,18,21,24,31). Esta também foi criada para ser frutífera (Gên. 1:12,22,28). Através dessa fertilidade que a riqueza é criada e continua a crescer. A soma total de riqueza no mundo não é estática. Nem é criada pelo aumento do papel moeda. Ela tem um crescimento definido avaliado em proporção ao uso de recursos naturais e sua renovação.

Mas sua fertilidade está diretamente relacionada à bênção de Deus. E esta bênção está de alguma forma misteriosa relacionada à obediência da humanidade a Deus. A Criação não foi feita independente da humanidade. Quando Adão caiu a terra foi amaldiçoada (Gênesis 3:17-19). Da mesma forma todos os concertos de Deus com a humanidade estão geralmente relacionados à terra. A implicação é que o ministério entre os pobre urbanos não pode ser efetuado sem a atenção ao assunto do direitos às suas terras – que seu conhecimento de Deus está intimamente ligado ao seu relacionamento com a terra.

Tenho visto como, quase da noite para o dia, uma comunidade recebeu os direitos à sua terra e o ambiente espiritual foi transformado. Os homens pararam de fazer apostas e beber e começaram a investir em suas casas. As mulheres e famílias ganharam segurança e houve uma gratidão verdadeira a Deus que surgiu em meio aos sons de martelo e mistura de concreto.

Enquanto Deus é nosso meio-ambiente final, só podemos conhecê-Lo nas formas de espaço e tempo de sua criação (Dyrness 1982:24).

O relacionamento Maori para com sua terra na Nova Zelândia, assim como o relacionamento de outras sociedades tribais são mais parecidos com este tema bíblico do que com o Pakeha ou outras culturas ocidentalizadas. Para o Maori, esta terra não era apenas uma propriedade comercial, mas tinha uma dimensão espiritual. Era *turangawaewae,* um lugar para ficar e o reconhecimento da identidade e posição.

Essas são coisas boas e parte do mandato de Deus para a humanidade administrar a terra como seus vice-regentes. A administração desses recursos através da agricultura e produção, também, resulta em indústria e negócio bancário. Nós podemos nos tornar ricos através do uso sábio desses recursos como administradores de Deus, mas é Deus que os faz frutíferos. Este relacionamento não é puramente de causa e efeito, mas de um criador pessoal com sua criação. Tal pensamento nega o valor central da sociedade materialista. Levítico 26 é um belo capítulo que mostra este inter-relacionamento da bênção de Deus, do trabalho da humanidade e a fertilidade da terra. Em outro lugar:

E digas no teu coração: A minha força, e a fortaleza da minha mão, me adquiriu este poder. Antes te lembrarás do Senhor teu Deus, que ele é o que te dá força para adquirires riqueza (Deuteronômio 8:17,18).

O mistério permanece. Nós devemos administrar a favor de Deus, mas esta administração não é suficiente para a fertilidade. Há um elemento da graça, um elemento do dom, um elemento da bênção imerecida. Semelhantemente nós encontramos a terra dada a Israel. Foi dada para satisfazer, como uma terra boa, uma terra de pão e mel, de vinhas e árvores, cidades e casas, e cisternas de água (Deuteronômio 8:7-10). Isto era um contraste com a exigente terra do Egito, a terra do esforço sem recompensa, a terra da coerção e escravidão. A diferença era a benção e a graça de Deus.

Esta fertilidade da terra e sua bondade inerente é desordenada como resultado da rebelião e queda, mas não há evidência que esta bondade essencial tenha sido destruída (cf. Salmo 19:1).

Além disso: A Criação não foi feita para ficar paralisada, mas para se desenvolver e crescer. De fato, alguém poderia dizer que embora a criação seja boa, parte de sua bondade repousa naquilo que esta pode se tornar, no processo que Deus tem iniciado (Dyrness 1982:30).

A humanidade, portanto, deve administrar esta terra e sua fertilidade a favor de Deus. E para administrá-la para o bem-estar de seus irmãos e irmãs, pois desde o princípio o clamor de “Sou eu o guardador de meu irmão?” se recusa a calar-se, ecoando dos vales e colinas da história. A terra não é independente dos assuntos de responsabilidade social. É da terra que o sangue de seu irmão grita por resposta.

## III. A TERRA PROMETIDA

Quando nós encontramos Israel, é uma nação sem terra no caminho para a terra prometida. Um povo sem terra e uma terra da promessa. Os patriarcas são conhecidos como peregrinos os quais estão aguardando uma terra. Este é o foco da sua fé.

“Peregrino” é uma palavra técnica normalmente descrita como “residente estrangeiro”. Significa estar em um lugar, talvez por um período extendido, para ali viver e pegar algumas raízes, mas sempre como alguém de fora, sem propriedades, sempre sem direitos, função ou voz em decisões significativas (Brueggemann 79).

Abraão, reconhecido por sempre aguardar uma cidade, ainda que só tenha visto esta de longe, encontrou uma terra, peregrinou nela, mas habitou contente pois tinha uma herança que levava ao cumprimento da promessa da possessão. Abraão podia ser chamado o primeiro colonizador. Pois o cumprimeiro se deu por partes. Nós encontramos Jacó, seu filho, quase para morrer, pedindo que seu corpo fosse levado à terra prometida (Gênesis 50:5-14), reconhecendo uma promessa dada ainda que não cumprida.

Da mesma forma, também, para um bilhão de migrantes para as cidades do terceiro mundo dos últimos trinta anos, a possessão se dá por partes. Eles, também, aguardam por uma cidade como centro de esperança e pouco a pouco encontram seu apoio para os pés, freqüentemente contentes em saber que embora eles mesmos habitam em miséria, seus filhos possuirão a terra da promessa.

No caso deles a promessa não é de Deus. Ou é? Há inerente à natureza do relacionamento Deus-homem-terra uma lei fundamental que todos os homens têm direito a um pedaço de terra para uma casa? É inerente à natureza do relacionamento do homem para com o homem, da mulher para com a mulher que alguma terra seja distribuída para cada pessoa e suas necessidades básicas serem atendidas?

Como tal – e é geralmente reconhecido pelos governos como um direito básico para uma família possuir sua porção de terra para um lar e ser capaz de obter as necessidades básicas da vida – como tal, não podemos dizer que é prometida por Deus? Não é prometida com limites, área e precisão geográfica exatos, nem com uma estrutura já montada. Mas, então, nem estava a esperança de Abraão fixada com claros limites e estrutura determinados pelo pensamento aterrador de um sonho profético sobre quatrocentos anos de escravidão.

A esperança de Abraão não era baseada em qualquer direito que ele possuía à terra. Outras tribos já tinham exigido o direito sobre ela. A terra seria dele porque ela foi dada por Deus para ele. Trinta e nove vezes em Deuteronômio ocorrem afirmações sobre a terra como dádiva (Martens 1981:102).

Assim, também, para os colonos. Devido à política colonial da exploração da terra, poucas famílias possuíram a terra em cada cidade. Qualquer alteração nesta opressão legalizada apenas mostrava ao pobre que o Senhor tinham dado a ele a terra como uma dádiva.

## A TERRA COMO UMA DÁDIVA

Há diferenças entre os conceitos de terra como uma dádiva entre os povos Maori e Pakeha.

DEFINIÇÃO MAORI

Uma dádiva Maori às vezes se destina a criar um contínuo relacionamento e obrigação. A ênfase é colocada sobre a responsabilidade do doador. O interesse dos doadores deve sempre ser reconhecido. O povo local, descendentes dos doadores, deve ser convidado a ver os resultados de sua dádiva. Isto não ser trocado por qualquer outra coisa sem a consulta aos parentes do grupo doador.

Sob o costume Maori, os parentes dos doadores têm o direito de reclamar a devolução da propriedade se houve a quebra da confiança dos termos Maori.

A DEFINIÇÃO PAKEHA DE DÁDIVAS – LEALDADE GENEROSA

Uma lealdade caridosa impõe uma obrigação sobre os que depositam a confiança para cumprir a razão da dádiva, para aqueles que estabelecem a confiança, para os beneficiários e para a lei. Embora o doador não possa esperar recuperar a propriedade. A lealdade caridosa é estabelecida pela dádiva para um uso público. Não há necessidade legal de reconhecer o interesse do doador, mas isto pode ser feito. Não há necessidade de consultar os parentes do doador se há consideração para vender, mas novamente isto pode ser efetuado. Se houver uma quebra da confiança o doador não pode declarar a necessidade de retorno da propriedade. 1

A iniciativa é com Deus, assim nós precisamos encorajar nosso povo a dobrar os seus joelhos diante de Deus e buscar esta bênção. Para isto eles podem livremente pedir desde que a bondade de tal dádiva é inerente em seu ser, em seu próprio relacionamento criativo a humanidade e criação, em seus propósitos para a dignidade do homem e mulher.

Embora tal oração não significa uma inatividade passiva a respeito de obter os direitos legais. Há muitos fatores a serem considerados como base para os direitos de terra. Essas ocorrem em muitas sociedades, urbanas e rurais.

O Maori define o seguinte:

Paptipu – direito de descoberta

Take tuku – uma dádiva

Rapatu – direito de conquista

Ahi-ka roa – longa ocupação

Take tupuna – laço de parentesco

A terra está além do poder de Israel de adquirir. As derrotas de Kades-Barnea e Ai são evidências suficientes disto. Isto não significa que se assentam e não fazem nada. São feitas preparações, batalhas são travadas. Mas é Deus quem dirige e quem dá a vitória. Assim, também, os sem-terra necessitam lideranças desenvolvidas e precisam aprender as técnicas requeridas para o sucesso nas lutas para o direito de terra. Mas é Deus quem é o doador da terra.

## IV. POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA TERRA

Israel não era só peregrino, houve longos períodos em que foram um povo com terra. Os peregrinos se tornaram possuidores.

**Deus possui a Terra**

Antes de sua entrada na terra, Moisés parou e deu instruções sobre a terra. Muitos dos princípios relatados para a terra são dados no ensino do Jubileu em Levítico 25:8-34.

No meio disto notamos que Deus possui a terra. Portanto, os homens são apenas os inquilinos de Deus na terra (Levítico 25:23), mordomos de Deus ou administradores a Seu favor, livres para compartilhar dos frutos de sua colheita, mas prestadores de contas a Ele. Ele é o titular.

**Particular, Família, Clã e Propriedade Tribal**

Josué distribuiu para cada clã e cada família de israelitas uma porção de terra, uma herança familiar (Josué 13-19). Isto indica as bênçãos de Deus sobre a propriedade de terra particular e familiar (onde estamos usando propriedade no sentido comum da palavra, reconhecendo que no final das contas Deus possui a terra).

A estrutura do clã e a estrutura tribal Maori está, antropologicamente, na mesma categoria que os israelitas desse período. A terra pertence a tribo (*iwi*) e era bem definida. Não havia algo como uma terra sem proprietário, somente formas distintas do uso da terra. Os *hapu* (sub-tribo, clã), os *whanau* (família extensiva) e o indivíduo podiam ter direitos hereditários para seu o uso, mas a propriedade era no final garantida ao iwi. Isto difere da estrutura tribal e do clã de Israel, onde os direitos da terra públicos e familiares (individual) eram reconhecidos. A diferença é cultural. Os princípios bíblicos envolvidos são uma afirmação dos padrões de propriedade pública e individual dentro de uma sociedade tribal ou rural.

Isto, também, difere do entendimento Maori quando os Pakeha chegaram com o conceito de terra como uma mercadoria a qual podia ser explorada por meio de revenda. Isto era novo aos Maori. Com exceção das aquisições especulativas antes de 1840, a terra Maori, normalmente, tinha sido alienada para proteger os benefícios da presença Pakeha... Estava claro, entretanto, que os Maori aceitaram o conceito de alienação total dos direitos de terra através da venda só após experiência considerável (Orange 1987:115).

O tribunal de títulos de 1862 e o Tribunal de Ação de Terra Maori de 1865 na Nova Zelândia, basicamente violaram esses princípios. O tribunal estava preso a um estatuto para não nomear mais que dez proprietários para uma porção de terra, cujo resultado era que o restante fosse desapropriado pelos dez. Isto acabou com a autoridade dos anciãos assim que a decisão foi tomada pelas mãos dos tribunais e advogados.

As escrituras são consistentemente fortes em manter os limites legais. Deuteronômio 19:14 e outras passagens nos falam o que muitos oficiais governamentais precisam aprender – nunca remover os marcos antigos. Se nós fizermos, o Seu Redentor é forte; Ele pleiteará sua causa contra nós (Provérbios 23:11). Nós precisamos respeitar os direitos de propriedade particular e pública.

Hoje os crentes Pakeha na Nova Zelândia precisam reparar esta situação e efetuar a restituição. Se você ler a introdução dos tribunais Waitangi sobre os Orakei *marae* você encontrará uma excelente análise das injustiças que ocorreram a esta tribo com respeito à sua terra através do último século e a adjudicação de responsabilidade, análise de qual restituição é necessária e o que é prático. Este tribunal de terra outorgou a terra de 300 pessoas.

A restituição em muitas situações da vida não pode ser exata, para os atos de maldade as conseqüências são irreversíveis. O tempo passa. A restituição precisa ser simbólica e real em termos da realidade econômica presente a qual para os Orakei *marae* envolve o equivalente da terra usada – recursos para a vida econômica para os jovens da tribo. E esta tem sido a conclusão do tribunal Waitangi.

O direito à moradia é um direito fundamental, que brota do direito de residência ao abrigo do artigo 19 (1) (e) e do direito à vida nos termos do artigo 2. UN

## Limitações para Propriedade Privada

Mas Deus não é um capitalista, nem um comunista. Propriedade não é ilimitada nem absoluta. Nem deve a propriedade ser empossada no estado sozinha. A propriedade privada tem validade, mas está ligada pelas necessidades de outros para usar os recursos da terra. No Jubileu que ocorria a cada cinqüenta anos essa terra era devolvida aos seus proprietários originais para que o desenvolvimento de classes sociais através de uns poucos homens ganhando controle de muita propriedade não tomasse lugar. Deus não quer que a sociedade seja polarizada em proprietários ricos e camponeses sem terra, onde “o rico fica cada vez mais rico” e “o pobre cada vez mais pobre”.

A Bíblia ensina a responsabilidade social tanto quanto a propriedade privada. A Bíblia reconhece tanto a necessidade humana de liberdade quanto a necessidade de controlar o exercício livre da maldade humana.

Florestas, petróleo, explorações, entre outras, são tão cruciais para as necessidades das sociedades que os direitos absolutos para estas e exploração monopolística não são benéficas para o bem do país como um todo. Tais monopólios são contrários ao princípio da responsabilidade social.

O Senhor deu a ordem que a terra deve descansar a cada sete anos. Este é um princípio primordial que tem sido alterado na teoria da ecologia. A exploração e destruição de terras e folhagem é um violação de nossas regras como “mordomos” e “administradores”. Este “descanso”, também, é falado quando eles estavam para entrar na terra prometida. Era para ser uma terra de descanso prometido. Descanso de moléstia, dos inimigos, de peregrinação, um lugar chamado lar, um lugar de segurança física. Quantos os colonizadores necessitam de descanso. O estresse psicológico de viver sob o compensado e galvanizado, com visitas constantes de ratos e lixos não recolhidos próximo à porta fazem com que o pobre clama por descanso. Como eles precisam do descanso da liberdade da perturbação dos proprietários e políticos.

Os sacerdotes religiosos, também, teriam sua casa e um lote de terra suficiente para o suprimento da família, mas não campos. Isto estava no contexto de Deus ser a sua possessão. A implicação é que pastores e missionários hoje, enquanto esperam em Deus para a provisão de suas necessidades, estão dentro do sistema das Escrituras em aguardar por um lar modesto, também.

Mas estamos corretos em aplicar alegremente esses princípios para nossos dias? O que difere na práticas descritas aqui são processadas hoje como interpretamos nas Escrituras numa sociedade mega-urbana nos estados semi-capitalistas? Certamente os 50 anos do Jubileu não seriam reforçados. Embora isto induza a dois princípios: reforma periódica da terra nas sociedades de terceiro mundo enquanto estas procuram uma redistribuição eqüitativa das instabilidades da exploração colonial. Isto, também, indica a necessidade por reforma econômica dentro do sistema capitalista. O contínuo crescimento econômico sem a redistribuição periódica planejada não faz parte do programa de Deus para a sociedade.

Referente a este jubileu, nós podemos deduzir que o cancelamento dos débitos e a libertação de escravos são atos suficientes nos contextos agrários se eles não estão relacionados com a devolução da terra – os meios de produção de riqueza. Talvez isto fizesse parte do fracasso da guerra civil americana. Parece que qualquer governo revolucionário deve imediatamente fazer reforma da terra como seu ato primário de governo se será travada a luta pela justiça.

Na cidade, a produção de riqueza é construída num alicerce diferente. Note a clara diferenciação de Moisés entre as terras agrícolas e a terra urbana. As casas dentro das cidades não eram assunto de resdestribuição. Após um ano durante o qual elas podiam ser redimidas, podiam, então ser vendidas em perpetuidade. O significado da terra na cidade é evidentemente diferente do significado da terra no campo. Pois no campo a terra é vista como representante do fruto daquela terra e medida conforme o número de colheitas antes do próximo jubileu. A terra na cidade não tem tal relacionamento de per si para a produção de riqueza.

Assim, também, para o povo Maori hoje. Eles não podem voltar aos velhos tempos, pois a história se urbanizou. O significado de terra mudou. O acordo deixou os relacionamentos entre as raças abertos para o crescimento e desenvolvimento contínuos.

A questão para os nossos dias se torna “Qual é o significado da terra na cidade?” e “De que maneira pode este meio estar relacionado à justiça e ganhos honestos e distribuição da riqueza?”

A resposta, necessariamente, coincide com definições legais e direitos de terra. Legalidade não significa moralidade. Nós firmamos antes uma série de leis mais altas do que as leis das nações, feitas freqüentemente por elites ricas com interesses em manter o controle da terra.

A questão é de justiça com eqüidade não apenas de legalidade.

As questões são questões necessárias para outras sociedades além de Israel que tem muitas populações migrantes. A migração não outorga a si mesma a alocação estática da terra demonstrada nos antigos dias agrários de Israel. O crescente movimento e os interrelacionamentos étnicos requerem diferentes definições e usos da terra.

Uma questão preocupante, ainda, quando consideramos este assunto de justiça social com respeito ao uso de terra urbana é o conflito entre a clareza dentro das Escrituras quanto à ordem de Deus relativo à igualdade entre os homens (que não somos ao Senhor superiores uns aos outros, que os reis não são uma classe acima dos povos, mas representantes do povo e representantes de Deus para os povos), e a realidade sociológica que cidades aparentemente existem para exploração e desigualdade.

Até mesmo a história da glória do Reino sob Salomão é uma ilustração da rápida estratificação da sociedade como uma urbanização correlata. O compromisso de Deus contra a estrutura de classe (inerente no ensino de Tiago, por exemplo), junto com seu compromisso para a urbanização propriamente dita, como a direção da história indicaria que a urbanização sem a estratificação é uma possibilidade e uma meta digna. Igualdade social não é uma possibilidade prática numa cidade a menos que a maioria das pessoas sejam livres para possuírem suas próprias residências.

A justiça econômica, social e o direitos de terra acessíveis estão inextricavelmente ligados à bondade, trazendo justiça à urbanização.

O oposto é geralmente o que acontece. Nós podemos voltar às Escrituras para ver um estudo de caso de injustiça que ecoa por toda a terra. A terra da promessa logo tornou-se a terra do problema. A fartura garantida embotou a memória da voz de Deus que guiou-os até essa terra e que a deu a eles. O concerto que fazia parte da dádiva foi logo esquecido. Os reis e a classe alta logo tornaram a terra da promessa em terra de opressão e escravidão como predito pelo profeta Samuel. Israel tentou freneticamente agarrar-se à terra contra os inimigos externos. Enquanto a sociedade desenvolvia uma sociedade comercial urbana sob as mãos de Salomão e seus filhos, o jubileu, evidentemente, não foi mantido. O rico ficou mais rico; o pobre mais pobre. Tornou-se uma sociedade coerciva onde:

*Os que fazem isto, os que controlam a máquina do governo são aqueles que não precisam obedecer tão vigorosamente. Eles são aqueles que podem fixar licenças ou valores que precisem, antes são a quem o juiz pisca e o fiscal dá piscadela (conf. Miquéias 3:11). Este é o pobre sem-terra e sem vantagem que são assunto para o processo legal de cuidadosa administração do dinheiro, precisa execução de trabalho, cuidadosa devoção a todos os traços sociais, não apenas o último peão e o primeiro desempregado, mas o primeiro suspeito e o último absolvido (Brueggemann 1977)*

## Os Profetas e sua Crítica sobre a Propriedade de Terra

Neste processo de arena os profetas denunciam corajosamente aqueles que menosprezam o pobre para adquirir mais e mais propriedades:

Ai dos que ajuntam casa a casa, reúnem campo a campo, até que não haja mais lugar, e fiquem como únicos moradores no meio da terra (Isaías 5:8)

Ai daqueles que cobiçam campos, e roubam-nos, cobiçam casas, e arrebatam-nas; assim fazem violência a um homem e à sua casa, a uma pessoa e à sua herança. (Miquéias 2:2)

São nesses tipos de declarações proféticas que encontramos um imperativo emotivo para defender os invasores contra a exploração e ataques da classe alta. Alguns dos vários métodos utilizados pelos proprietários de terra para expulsar pessoas da terra foram discutidos em um seminários em Bangkok:

a. Os proprietários declararam que necessitam da terra, então lançaram mão de meios táticos como cancelamento dos privilégios de aluguéis os quais tinham previamente combinado com as pessoas mais pobres ou mudaram o contrato existente a fim de que este pudesse ser usado contra as pessoas que estavam ocupando da terra.

b. Os proprietários convidaram as pessoas a deixarem a terra, mas as pessoas são obstinadas e se recusam a ir. De acordo com a lei os proprietários têm o direito de convidar essas pessoas a se retirarem, mas o processo litigioso poderia causar a eles muitos problemas de tempo e dinheiro. Eles, portanto, pagaram a essas pessoas uma compensação mínima em troca da terra de volta. Se as pessoas ainda insistissem em ficar, então os proprietários poderiam recorrer à demolição das casas.

c.Os proprietários não podem encarar olho a olho as pessoas, por isso eles as levam ao tribunal.

d. Aqueles que resistem à ordem de despejo e obstinadamente logram a terra poderiam ser denunciados à polícia e detidos. Para evitar a ação judicial eles têm de deixar a terra.

e. Normalmente os proprietários de terra não seguem a lei. Eles podem usar grupo de proteção e às vezes proteção policial quando têm de confrontar essas comunidades de favelados para demolir suas casas. Cada um que levanta objeção pode sair ferido ou ser preso pela polícia.

f. Em Bangkok o método mais popular entre os proprietários de terra é o incêndio proposital. É o mais fácil (Building Together Association 1984:17).

Os profetas denunciaram tais atos e clamaram por homens de Deus que protegessem esses pobres. Eles denunciaram os credores que hipotecavam casas e campos e altos oficiais que confiscavam mais terras que o rei tinha dado a eles, taxas de juros exorbitantes que levavam para uma rápida e cruel dívida, resultando em auto-servidão e limite de propriedade (Deuteronômio 24:6; Êxodo 22:25).

Os profetas denunciaram aqueles que recusavam cuidar do pobre, das viúvas, dos órfãos, do estrangeiro, do Levita – todos os que não possuíam terra. Em uma sociedade camponesa um homem sem terra é assunto de pobreza é a terra que produz riqueza. Assim, o sem-terra deve ser cuidado e o pobre deve ser protegido daqueles que os fariam ainda mais pobres roubando (legalmente, é claro) sua terra.

Hoje, devido a destruição de terras produtivas, guerras, super população e os tentáculos da urbanização e estratificação enquanto estendem a mão para explorar o campo, há uma classe crescente de centenas de milhões de desapossados, povo sem-terra. Embora nossa visão possa ser apenas concretizada na cidade santa, nós devemos lutar por uma redistribuição da terra para esses pobres.

A extensão de propriedades de terras contribui para a extensão da justiça na sociedade. Embora isto seja definido nas Escrituras no contexto de uma sociedade camponesa e propriedades rurais não é errado falar novamente isto para as sociedades urbanas de hoje. Em um contexto urbano a extensão da injustiça dentro de uma cidade é proporcional ao número de pessoas que alugam casas e quartos.

Esta declaração implica algo sobre a natureza da terra urbana. Isto implica o direito de habitar. O esforço para trazer isto permitir conflitos, de qualquer maneira, com a utilização de terra na cidade como uma comodidade.

Assim a regra de liderança dentro de uma sociedade é fazer caminhos para distribuição justa de terra e propriedades. Ainda que dentro do esquema de especializações de produção e distribuição e sua implicação pelos valores de terra são endêmico à moderna mega-cidade.

De qualquer forma, isto não tem geralmente sido a atitude em direção aos invasores. Algumas perspectivas típicas e respostas razoáveis são:

a. Comentário: O povo é ilegal.

Resposta: A causa da falta de moradia e os problemas de direitos de terra não descansam no povo, mas é inerente no processo de urbanização, por exemplo, não envergonhar o povo. O governo tem tomado a responsabilidade pelos efeitos da urbanização.

b. Comentário: Essas comunidades são uma deteriorização na cidade e a causa de tantos crimes.

Resposta: Verdade, então o aumento do nível de suas condições é necessário.

c. Comentário: As pessoas nas favelas são ilegais e, portanto, não são cidadãos da cidade, por exemplo, em Bangkok não há nenhuma escola para filhos de lares que não são registrados.

Resposta: Normalmente isto é expelido por eleições quando as pessoas precisam de políticos e, portanto, tem que obter registro.

Além da crítica profética e defesa do povo há uma abordagem prática que precisa ser desenvolvida pelos governos e nessa direção devemos, como Cristãos, trabalhar com homens de boa vontade nessas várias cidades. A resposta tradicional do governo nas últimas três décadas tem seguido os seguintes padrões largamente influenciados pelas filosofias sucessivamente geradas pela UN:

a.O primeiro foi o processo de despejo em larga escala e distribuição além dos limites das cidades (problema: seu trabalho é na cidade onde eles retornam, deixando famílias quebradas e forçando muitas mulheres à prostituição).

b.O próximo era habitação (problema: estas estão além dos recursos financeiros do pobre e assim alugando das pessoas da classe média).

c.Duas soluções relativamente mais justas e práticas têm emergido baseadas nas convicções de que os invasores são pessoas designadas à terra num preço acessível a eles e a outros confortos básicos. As áreas existentes são melhoradas com terrenos e serviços programados, mantendo dessa forma as estruturas sociais, dando às pessoas posição legal, permanência e melhorando as condições físicas da comunidade.

d.A terra é inspecionada e são colocadas formas de serviços diante da comunidade.

Essas últimas duas são respostas relativamente justas que honram os princípios da boa administração da terra para as pessoas, a favor de Deus e estão baseadas em um conceito de divisão justa da riqueza.

SEGUNDA SEÇÃO | ESTRATÉGIAS de REGULAÇÃO INTERAÇÃO  
Além das leis e regulamentos do estado há muitos atos e diretrizes que devem ser seguidas no caso de iniciativas de desenvolvimento que exigem a desocupação das moradias de favelas. Essas diretrizes incluem os Princípios Básicos das Nações Unidas e orientações sobre o desenvolvimento baseadas em processo de expulsão, que cobre extensivamente os direitos básicos e remuneração devida àqueles que são ou expulsos ou deslocadas:

Essa violência, e até mesmo a presença da polícia durante um despejo, é considerado incompatível com os regulamentos à política de despejo. Pelo contrário, o HLRN resumo Manual dos Princípios Básicos das Nações Unidas e Estados Diretrizes que a dignidade humana e o direito à vida e à segurança não deve ser abusado durante o curso de um despejo:

47. As expulsões não devem ser realizados de uma forma que viola a dignidade e os direitos humanos à vida e segurança das pessoas afectadas. Os Estados também devem tomar medidas para garantir que as mulheres não estão sujeitas a violência de gênero e discriminação no curso de despejos, e que os direitos humanos das crianças estão protegidas

60. "Quando o despejo é inevitável, e necessário para a promoção do bem-estar geral, o Estado deve fornecer ou garantir uma compensação justa e apenas para eventuais perdas de propriedade pessoal, real ou outro tipo de bens, incluindo os direitos ou interesses em propriedade. A compensação deve ser fornecida por qualquer dano avaliável economicamente, como adequada e proporcional à gravidade da infração e as circunstâncias de cada caso, tais como: perda de vida ou saúde; dano físico ou mental; oportunidades perdidas, incluindo emprego, educação e social benefícios, danos materiais e lucros cessantes, incluindo perda de potencial de ganho; dano moral, e os custos necessários para a assistência jurídica ou de especialistas, medicamentos e serviços médicos e serviços psicológicos e sociais ... "-Princípios Básicos e Diretrizes

IV. A PERDA DE TERRA

O Sábado e a terra estão intimamente ligados e entrelaçados nos concertos do Velho Testamento. Os profetas denunciaram a quebra do Sábado – pois uma sociedade sem o Sábado facilmente reduz a nação a um funcionamento mecânico e conseqüentemente o seu povo a dentes da engrenagem. A máquina gera produtor – consumidores sem consciência os quais negam a imagem de Deus como o cerne do ser de uma pessoa. O Sábado, por outro lado, coloca limites a muitos de nossos esforços frenéticos para administração da vida – é uma maneira de lembrar que nós somos a criatura, não o governador.

Em julgamento sobre esses pecados de quebra de Sábado, de injustiças, de perda de posição diante Dele, diante de outros homens e diante da terra, Ele retira sua terra, o símbolo do concerto. Os grandes temas do exilo referem-se à perda da terra. Uma questão perturbadora ecoa através de suas músicas e lamentos. A perda da terra do concerto significa a perda do Deus do concerto?

**Retorno do Exílio**

Mesmo neste processo há um concerto renovado de que eles retornaram à terra. Além disso o concerto é um vislumbre de um concerto maior e de uma cidade para ser vista somente pela fé de seu antepassado Abraão.

No retorno do exílio é feito o novo concerto a respeito da terra (Neemias 9:36-38). Agora este concerto é baseado em uma nova administração moral da terra.

É este tremor do retorno à terra prometida que nós podemos relacionar melhor à tarefa para os direitos de terra dos invasores. Neemias talvez seja o melhor modelo para mobilizar as pessoas à ação. A experiência dele e de Esdras e outros profetas de seu período lida com os temores, as incertezas, a dinâmica de grupo, as habilidades de liderança necessárias enquanto as pessoas desapossadas de sua terra rural procuram possuir áreas urbanas não apropriadas.

Talvez neste ponto pudéssemos separar algumas maneiras cristãs significativas de envolvimento em lidar com os direitos de terra dos invasores.

1.A primeira prioridade é diminuir a violência proveniente da própria pobreza e dos confrontos que esta pode ocasionar. Há necessidade de uma constante busca pela paz, uma paz que procede da justiça.

2.A organização de comunidade é particularmente um processo hábil. Um passo imediato dentro disto é a educação quanto aos temas legais. Isto ajuda a superar os temores dos favelados quanto a confrontos com autoridades. As técnicas pacíficas, ao invés de confrontos efetivos têm de ser ensinadas, usando o poder das pessoas em detrimento ao poder de classes.

3.Outro passo, diferente daquele proposto pelos mais confrontadores e grupos Marxistas, é cuidadosamente desenvolvido sob a mútua confiança entre Organizações Não Governamentais (ONG’s), organizações governamentais e liderança do povo.

4.Muitas avenidas para mudanças de trabalho nas leis precisam ser exploradas.

5.É necessário provisão de programas para habitação do pobre. Eu era um estranho e você me acolheram, está falando sobre abrigar os sem-habitação.

Mas mesmo no retorno à terra não há desenvolvimento dramático no andar dos israelitas com Deus. Assim, finalmente cessa a profecia da terra. A terra aguarda. A criação aguarda a vinda da Palavra e em sua nova promessa aguarda para mais distante o cumprimento do tempo.

**Jesus e a Terra**

Com o ministério de Jesus, um dramático nova relação com a terra fica evidente.

Um assunto maior para os teólogos é a falta de continuidade dos assuntos de terra do Velho Testamento no Novo Testamento. É um tema dificilmente falado. Embora haja este tema. O concerto do Velho Testamento com respeito à terra de Israel é agora sucedido por um novo concerto o qual anseia por uma nova terra da promessa que não está ligada pelos interesses étnicos – uma terra para cada tribo e pessoa e língua. Os temas de Êxodo e Exilo são reiterados com vigor renovado. Novamente, crentes encontram-se como peregrinos vivendo pela promessa, ansiando por uma cidade celestial cujo construtor e criador é Deus. No processo muitos são encorajados a seguirem o mestre que prefere não ter nenhum lugar para reclinar sua cabeça a fim de que ele pudesse proclamar seu país distante.

Isto significa uma perda do compromisso aos princípios da administração e responsabilidade social do Velho Concerto? De modo algum. O antigo não foi anulado. Este foi cumprido e expandido para incluir as nações da terra em uma realização mais completa. Precisamente porque somos exilados e peregrinos sem nenhuma possessão, nós somos capazes de ajudar os desapossados a obterem sua possessão. Em nossa expectativa por um reino futuro, somos mais ávidos para orar e agir para que este reino seja manifesto em cada maneira dentro das sociedades da terra. E este Reino futuro vem repleto de promessa de um lar – algo que cada invasor compreende.

Nós devemos prosseguir para esta promessa. E no processo devemos voltar ao cumprimento das promessas de Deus ao pobre. As promessas de que o reino sempre floresce e que eles possuirão a terra que é seu direito de nascimento roubado durante a colonização. A terra que só pode ser devolvida como uma dádiva de Deus. No processo nós podemos freqüentemente falhar, mas porque sempre os nossos olhos estão fixados em um reino futuro, somos livres para levar esperança, livres para proclamar um lar mais glorioso – um não construído por mãos, um que não desaparecerá ou esmorecerá. Proclamemos esta esperança no meio dos esforços de nosso povo, os pobres.

# SEÇÃO CINCO | BIBLIOGRAFIA

Berry, Wendell  
1981 The Gift of Good Land: Further Essays Cultural and Agricultural. North Point Press, San Francisco.

Brueggemann, Walter  
1977 The Land. Philadelphia: Fortress Press.

Building Together Association  
1984 Seminar Report on: The Right to Stay: The Poor, the Land and the Law in Asian Cities. Centre for Housing, National Housing Authority, Bangkok.

Crofts, A.M., O.P.  
1948 Property and Poverty. Irish Rosary Office.

Davies, William  
1974 The Gospel and the Land. Berkeley: University of California Press.

Dusilek, Darci  
1987 “Land - More Than Just Plain Ground.” In Together, April-June 1987, World Vision International.

Glasser, Arthur  
1986 The Kingdom and Mission. Fuller Theological Seminary course syllabus.

Hengel, Martin  
1974 Property and Riches in the Early Church. Philadelphia: Fortress Press.

HLRN. (2010). A handbook on United Nations basic principles and guidelines on development-based evictions and displacement. New Delhi: HLRN.

HLRN. (2011). Planned Dispossessions.

Martens, Elmer  
1981 God’s Design: A Focus on Old Testament Theology. Grand Rapids: Baker Book House.

McGavran, Donald A.  
1970 Understanding Church Growth. Eerdmans.

Orange, Claudia  
1987 The Treaty of Waitangi, Allen and Unwin, Port Nicholson Press.

Em um mundo onde metade dos povos são

desapossados de suas terras tradicionais,

Deus tem algo a dizer sobre o assunto de terra e direitos de terra?

Compelido pela dor das

experiências entre os sem-terras invasores de Manila, os

*favelados* de São Paulo, os pobres de Calcutá,

Viv Grigg reflete em um número de temas bíblicos

os quais providenciam uma base para a discussão

da ética de assuntos da terra. Esses temas bíblicos se tornam

cruciais enquanto a Nova Zelândia procura reparar uma

triste porção de sua história na desapropriação de muitos

de seus povos indígenas.